Revista EaD &
tecnologias digitais na educação

Formação pedagógica para educação profissional e tecnológica em ead do IFFAR: aproximações ao currículo integrado

Luciana Paslauski Knebel (UNIJUI)
luciana.knebel@iffarroupilha.edu.br
Adão Caron Cambraia (IFTRS)
adao.cambraia@iffarroupilha.edu.br

***Resumo**: Este artigo tem como objetivo compreender as concepções de currículo integrado prescritas nos documentos que regem o curso de formação Pedagógica EAD do IFFAR. Para o desenvolvimento do estudo optou-se pela pesquisa de natureza qualitativa, tipo bibliográfica e documental. Inicialmente uma contextualização em que analisamos os documentos (PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional do IFFAR e PPC – Projeto Pedagógico do curso de Formação Pedagógica) para extrair excertos que nos ajudem a compreender as concepções de currículo integrado, trazendo para o diálogo autores que pesquisam com as temáticas que emergiram do estudo. A questão de pesquisa: Quais as concepções de currículo integrado estão prescritas nos documentos oficiais que regem o curso de Formação de professores para EPT? Para responder a pergunta de pesquisa produzimos duas categorias: 1) Formação pedagógica EAD e o currículo integrado; 2) Formação Pedagógica EAD: interações proporcionadas pelas tecnologias.*

***Palavras-Chave**: Formação de Professores. EAD. Currículo Integrado. Tecnologias.*

***Abstract**: This article aims to understand the concepts of integrated curriculum prescribed in the documents that govern the IFFAR EAD Pedagogical training course. For the development of the study, we opted for research of a qualitative nature, the bibliographical and documental type. Initially, a contextualization in which we analyzed the documents (PDI - IFFAR Institutional Development Plan and PPC - Pedagogical Project of the Pedagogical Training course) to extract excerpts that help us to understand the concepts of integrated curriculum,*

bringing to the dialogue authors who research the themes that emerged from the study. The research question: Which integrated curriculum conceptions are prescribed in the official documents that govern the Teacher Training course for EPT? To answer the research question, we produced two categories: 1) Distance learning pedagogical training and the integrated curriculum; 2) Distance Learning Pedagogical Training: interactions provided by technologies.

***Keywords**: Teacher Training. EAD. Integrated Curriculum. Technologies.*

1. Introdução

Os Institutos Federais (IF) foram instituídos pela Lei 11.892/2008 e têm como prioridade garantir um mínimo de 50% (cinquenta por cento) das vagas para atender a educação profissional técnica de nível médio, priorizando a oferta de Ensino Médio integrado Técnico (EMI). A maioria dos professores que ingressam nos IF para lecionar nas áreas técnicas não possui formação pedagógica (Cambraia; Zanon, 2019). Essa é uma característica muito presente em Cursos de Educação Profissional no Brasil evidenciado conforme dados revelam que 42,31% dos professores graduados que atuam na EPT não possuem licenciatura ou mesmo formação pedagógica (Inep, 2019). Com isso, percebe-se que há fragilidade na formação pedagógica em Licenciatura e na formação continuada em serviço, o que contribui para que os(as) docentes fiquem à serviço dos interesses de mercado e da produção em detrimento de formação humana e cultural (Bazzo, 2011).

Para fornecer uma formação pedagógica para professores não licenciados foi criado o Curso de Formação Pedagógica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFAR), que visa: "formar professores, em nível superior, para a Docência na modalidade de Educação Profissional, capacitados para atuar em cursos técnicos de nível médio e de qualificação profissional" (Iffar, 2003, p.10).

O Curso de Formação Pedagógica para professores da área profissional (não licenciados) é oferecido em formato EAD no IFFAR. Teve o seu início com turmas ingressantes em 2018, nos Campus/Polos: Panambi, Santa Rosa, São Borja e São Vicente do Sul. Em 2021 ingressaram turmas nos Campus/Polos: Alegrete, Frederico Westphalen, Jaguari e Santo Augusto. Conforme Resolução CNE/CP nº 2/2015, o curso tem um total de 1040 horas, distribuídas em 4 (quatro) semestres, com 540 horas de aulas para os componentes curriculares de natureza cientifico-cultural, 300 horas de Estágio Supervisionado Obrigatório e 200 horas de atividades acadêmico-científico-culturais.

O estudo tem como objetivo principal compreender as concepções de currículo integrado prescritas nos documentos que regem o curso de formação Pedagógica EAD do IFFAR. Com isso, a questão está focada em: Quais as concepções de currículo integrado estão prescritas nos documentos oficiais que regem o curso de Formação de professores para EPT? Abordagem da pesquisa de cunho qualitativa, documental e bibliográfica que de acordo com Severino (2007, p. 122), é documental a pesquisa que recorre a documentos que nos ajudem a entender determinada temática. Bibliográfica, para Gil (2002), entende-se a leitura, a análise e a interpretação de material impresso, como: livros e periódicos. Com isso, analisamos os documentos (PDI do IFFAR e PPC do curso de Formação Pedagógica) para extrair excertos que nos ajudem a compreender como ocorre a formação de professores e as concepções de currículo integrado existentes nos do-

cumentos institucionais, trazendo para o diálogo autores que pesquisam as temáticas que emergiram do estudo.

Diante do exposto, emergem duas categorias que contemplam o referencial teórico: 2) Formação Pedagógica EAD e o currículo integrado; 3) Formação Pedagógica EAD: interações proporcionadas pelas tecnologias.

2. Formação pedagógica EAD e o currículo integrado

A EAD é uma tendência na educação superior no Brasil. Segundo o último Censo de Educação Superior do (INEP) que analisou o número de ingressos em cursos de graduação por modalidade de ensino – 2010/2020. O volume de ingressos em 2020 teve um aumento significativo. O aumento do número de ingressantes entre 2019 e 2020 é ocasionado, exclusivamente, pela EAD, que teve uma variação positiva de 26,2% entre esses anos. Entre 2010 e 2020, o número de ingressos nos cursos à distância aumentou 428,2%; enquanto a participação percentual dos ingressantes em cursos de graduação a distância em 2010 era de 17,4%, essa participação em 2020 é de 53,4%. (INEP, 2022 p.19). Esse modelo de cursos vem ganhando ainda mais destaque desde o início da pandemia, devido ao ensino remoto em escolas e universidades.

Cabe destacar que no contexto educacional, existem diferentes concepções sobre a EAD na formação de professores, citamos Almeida Filho (2015),

> O preconceito, que ainda é presente contra o EAD, é caracterizado pela resistência em relação aos novos recursos tecnológicos necessários para execução dessa modalidade de educação, bem como de experiências passadas de insucessos na história brasileira.

Além disso, existem ofertas de cursos na EAD que acabam transformando a educação em uma mercadoria, pois mediante o pagamento de mensalidades vendem diplomas e não se preocupam com o aprendizado. Acabam inserindo centenas de alunos e precarizam a formação de professores, minimizando o número de horas para essa formação. Nesse sentido, a EAD acaba sendo utilizada de forma a aligeirar e precarizar a formação (Cruz, 2022).

De toda forma, assumimos no texto que não se trata de descartar a modalidade a distância do processo de ensino. Trata-se de criar condições ideais para o seu desenvolvimento, com diretrizes que assegurem um ensino de qualidade e com estratégias que proporcionem o aperfeiçoamento do projeto EAD como a formação dos professores, o atendimento aos estudantes, recursos de aprendizagem, a infraestrutura, a avaliação de forma substancial e a vinculação teoria e prática.

A institucionalização da EAD é um processo recente no IFFAR, de acordo com a Resolução do Consup nº 038/2016, regulamentada o Capítulo VI, da modalidade de Educação a Distância – EAD, o trabalho efetivou-se com a criação do Curso de Formação Pedagógica de Professores para Educação Profissional – EAD no IFFar, em 2018. Nessa organização, os campi do IFFar assumem a função de Polos EAD em propostas multicampi, ou na perspectiva por campus, onde a sede articula parcerias com polos EAD de outros municípios.

Conforme consta no PDI do IFFar,

> […] o ensino tem ênfase na integração de uma formação geral, laica, com princípios humanistas e de base cultural ampla, partindo de contextos regionais, e de uma formação voltada para o trabalho que ocorre por meio de Cursos de Formação Inicial Continuada, Educação Básica Integrada à Educação Profissional, PROEJA, Cursos Técnicos Subsequentes, Cursos Superiores de Graduação, Pós-Graduação e Cursos de Extensão, todos atendendo, preferencialmente, às necessidades locais e regionais (Brasil, 2020b, p.20).

Com ênfase na integração, o ensino, pesquisa e extensão, articuladas numa concepção de sociedade, de trabalho, de cultura, de ciência, de tecnologia e de ser humano representa um processo de construção democrática do conhecimento. Nessa circunstância, as ações necessárias ao desenvolvimento do Projeto Pedagógico Institucional (PPI) devem envolver os sujeitos que fazem parte da instituição de forma a dirigir esforços e recursos para fins comuns e integrados, tornando-o mais eficientes (Brasil, 2020b).

Como formação humana, o que se busca é garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política. Formação que, neste sentido, supõe a compreensão das relações sociais subjacentes a todos os fenômenos (Ciavatta, 2005, p.85).

Nessa perspectiva, podemos dizer que os fundamentos do trabalho como princípio educativo se constituem em uma das principais categorias que sustentam a EPT. Pressupõe o desenvolvimento do ser humano como ser integral e integrado com o mundo que o rodeia, ser que trabalha, produz conhecimento e cultura, capaz de olhar o mundo e compreendê-lo em todas as suas dimensões para transformá-lo.

O curso está baseado no objetivo fundamental da Formação Pedagógica que visa "formar professores, como sujeitos de transformação da realidade brasileira, comprometidos na busca de soluções das problemáticas existentes nas instituições educativas." (Iffar, 2023, p. 24).

Com isso, somente cursar disciplinas pedagógicas e técnicas não é suficiente é preciso ter um conhecimento alargado das bases conceituais que visam contribuir para uma maior conscientização do docente na sala de aula em relação à formação do aluno, concebendo-se o trabalho como princípio educativo e não como preparação para os ditames do mercado de trabalho. Dessa forma, há uma maior aproximação do Currículo Integrado (CI) já nos objetivos do curso, pois visa à formação de "sujeitos de transformação da realidade brasileira". O CI tem como pressuposto básico o pensamento crítico para transformar as realidades. O IFFar, com sua recente trajetória institucional, busca perseguir este propósito, visando constituir-se em referência na oferta de educação profissional e tecnológica, comprometida com as realidades locais e regionais.

Desse modo para que haja a possibilidade de sucesso com a integração curricular é fundamental que a aproximação entre as áreas do conhecimento se acentue de forma progressiva, visando o desenvolvimento de ações didáticas organizadas, em que a atuação de cada disciplina sintetize uma parte estruturada do todo. Com isso, proporcionando uma formação integral e integrada.

O currículo integrado possibilita a compreensão da realidade, suas histórias e tradições, visando a uma participação social-democrática, responsável e solidária. Ob-

servadas as suas especificidades, as questões curriculares são percebidas e enfocadas dentro de um projeto de dimensão maior que alcança a sociedade como um todo.

No âmbito da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) o currículo integrado é uma proposição consolidada na área curricular, sobretudo, como uma alternativa para a superação da fragmentação. No entanto, existe uma desconstrução dessas políticas de inclusão social e cidadania, evidenciadas na Reforma do Ensino Médio, sob a Resolução CNE/CP nº 1/2021 da Educação Profissional e Tecnológica, e, na Resolução CNE/CP nº 2/2019 da Formação Inicial e Continuada de Professores e da BNCC - Base Nacional Comum Curricular (Cambraia; Pedrotti; Kemp; Pansera de Araújo, 2023).

O Curso Formação de Professores para Educação Profissional na modalidade EAD para garantir uma formação docente de qualidade não adaptou-se Resolução CNE/CP N. 2/2019, principalmente em tempos de desvalorização do conhecimento do professor, como por exemplo, no Artigo 11 da Resolução CNE/CP N. 2/2019, (...) que há um detalhamento minucioso que prioritariamente privilegia de forma prescritiva a instrumentalização técnica. Nessa resolução tem-se uma visão estreita de currículo de formação docente, que possibilita profissionais com “notório saber” trabalhar na Educação Profissional e Tecnológica. O Curso de Formação Pedagógica para EPT se constitui em resistência a essa resolução, que visa destruir a educação pública, fragmentando a formação de professores.

A implantação do currículo integrado no ambiente escolar da formação de professores para Educação Profissional e Tecnológica EAD visa contribuir, e propor melhorias no fortalecimento dos processos de ensino, na formação dos professores a uma participação mais ativa na transformação das práticas formativas vigentes no curso em que atuam. Esse processo representa uma aproximação ao currículo integrado, tendo em vista que proporciona uma articulação com o mundo do trabalho (escolas de Educação Profissional e Tecnológica) para desenvolver um processo reflexivo para elaboração do conhecimento docente.

Segundo Cambraia e Zanon (2019) para o desenvolvimento do currículo integrado é necessário uma formação docente que atente para interlocução coletiva no planejamento, desenvolvimento e avaliação das práticas profissionais. É aspecto positivo para alavancar essa interlocução coletiva a organização do trabalho pedagógico em docência compartilhada, ou seja, “em parceria entre dois professores que planejam, organizam e executam ações de ensino, pesquisa e extensão para um mesmo componente curricular” (Iffar, 2023, p. 24). Essa característica do curso possibilita que professores de campi diferentes possam dialogar para o desenvolvimento da disciplina e impulsionar outros projetos conjuntos, radicalizando o caracter de rede que rege os IF.

A Politica de Ensino proporcionada pelo IFFar é ofertada por meio de cursos e programas de formação inicial e continuada, desenvolvidos articuladamente à pesquisa e à extensão, sendo o currículo fundamentado em bases filosóficas, epistemológicas, metodológicas, socioculturais e legais, expressas no Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e norteadas pelos princípios da estética, da sensibilidade, da política, da igualdade, da ética, da identidade, da interdisciplinaridade, da contextualização, da flexibilidade e da educação como processo de formação na vida e para a vida, a partir de uma concepção de sociedade, trabalho, cultura, ciência, tecnologia e ser humano (Iffar, 2023, p. 13-14).

Além disso, promove a interação transformadora entre a instituição, os segmentos sociais e o mundo do trabalho local e regional, com ênfase na produção, no desen-

volvimento e na difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos. De modo que a extensão também está presente nos cursos de graduação por meio da estratégia de curricularização da extensão, em atendimento à Resolução CNE/CES n.º 07/2018, que define o mínimo de 10% da carga horária total do curso para o desenvolvimento de atividades de extensão (Iffar, 2023, p. 15-16). Nessa perspectiva os princípios básicos da extensão, constituídos historicamente e que fundamentam os documentos legais tem a função de contribuiir com a curricularização da extensão para uma formação integral na EPT.

A organização curricular e os conteúdos curriculares permitem o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem de forma ampla e integrada com as demais atividades e cursos de nossa instituição, pos-sibilitando o intercâmbio entre diferentes saberes e práticas de modo que se estabeleça o processo de construção do conhecimento.

Dentre as mais diversas atividades, podemos destacar a participação dos estudantes em pesquisas educacionais, programas de extensão, elaboração de material didático, desenvolvimento de projetos de eventos científicos, entre outros. As reflexões acerca da educação inclusiva, acessibilidade, dificuldades de aprendizagem, necessidades educacionais específicas, tecnologias assistivas, gênero e edu-cação, direitos humanos, entre outras, serão promovidas no desenvolvimento do componente curricular Educação, Diversidade e Inclusão, o qual promove a conscientização para a valorização das diferenças (Iffar, 2023, p. 24).

Neste contexto, percebe-se que o currículo é planejado para que os alunos reconheçam sua realidade e a transformem, com estudos em ambientes próximos da realidade, para que possam trazer experiências e projetos do cotidiano para a sala de aula, por meio da articulação entre teoria e prática e incentivando as discussões com temas transversais pertinentes aos trabalhadores.

Segundo Ramos (2011, p. 775), a possibilidade resgatada pelo Decreto nº 5.154/2004 de integrar o ensino médio e a educação profissional abarca propostas e discussões que vão muito além da unificação de dois cursos em matrícula única, pois a almejada concepção de currículo integrado pressupõe o pensamento de um "currículo convergente com os propósitos da formação integrada do sujeito em múltiplas dimensões, portanto, omnilateral – e da superação da dualidade estrutural da sociedade e da educação brasileira".

Em outra abordagem Ramos (2012) alerta que sobrepor disciplinas de formação geral e de formação específica no decorrer de um curso não constitui integração, tampouco o acréscimo de um ano de conteúdos profissionais aos três anos de ensino médio alcançaria tal objetivo. Para a autora, "a integração exige que a relação entre conhecimentos gerais e específicos seja construída continuamente ao longo da formação, sob os eixos do trabalho, da ciência e da cultura" (Ramos, 2012, p.122). Em outras palavras, no currículo integrado a educação é uma totalidade social.

> O que é integrar? É tornar íntegro, tornar inteiro, o quê? A palavra toma o sentido moral em alguns usos correntes. Mas não é disto que se trata aqui. Remetemos o termo ao seu sentido de completude, de compreensão das partes no seu todo ou da unidade no diverso, de tratar a educação como uma totalidade social, isto é, nas múltiplas mediações históricas que concretizam os processos educativos. No caso da

> formação integrada ou do ensino médio integrado ao ensino técnico, queremos que a educação geral se torne parte inseparável da educação profissional em todos os campos onde se dá a preparação para o trabalho [...]. (Ciavatta, 2012, p. 84).

Nas palavras de Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012, p. 45), a possibilidade de integração é "condição necessária para a travessia em direção ao ensino médio politécnico e à superação da dualidade educacional pela superação da dualidade de classes". Assim, o curso de Formação Pedagógica EAD, os futuros professores são "agentes da transformação em sua instituição, sendo capazes de questionar estratégias de ensino, investigando novas alternativas para um melhor desempenho de seus estudantes" (Iffar, 2023, p. 23). Com isso, a proposta do IFFar baseia-se no compromisso com a visão de educação como ação política e ato de construção contínua do conhecimento, a qual se dá entre os sujeitos e o mundo, na busca pela transformação local e regional.

No que tange da proposta curricular no IFFar é concebida como um movimento dinâmico e de responsabilidade coletiva, que envolve tomadas de decisão, articulação, interação entre sujeitos, saberes e práticas no planejamento dos fazeres educativos da instituição. A legitimidade se faz pela construção participativa, ao significar e ressignificar as práticas institucionais cotidianas e suas concepções (Brasil, 2019).

Então, a questão da integração curricular sempre permeou os estudos curriculares, com nomes e aplicações distintas. Lopes e Macedo (2011) afirmam que toda proposta de organização curricular considera a importância de se discutir formas de integração dos conteúdos. As autoras agrupam as diferentes formas de integração curricular em três modalidades a partir dos princípios verificados como base da integração:

> Integração pelas competências e habilidades a serem formadas nos alunos; integração de conceitos das disciplinas mantendo a lógica dos saberes disciplinares de referência; integração via interesses dos alunos e buscando referência nas demandas sociais e, eventualmente, nas questões políticas mais amplas (Lopes; Macedo, 2011, p. 123).

Com relação às propostas de currículos integrados, Lopes (2008) destaca que estas podem ocorrer de diversas formas como: práticas interdisciplinares, transdisciplinaridade, temas transversais, currículo por projetos. As concepções de currículo integrado, integração curricular e interdisciplinaridade foram concepções identificadas em outros estudos realizados no IFFAR, como evidenciado (Cambraia; Zanon, 2019). Como se evidencia essas categorias também estão presentes na EAD.

Segundo Machado (2009), o currículo integrado é uma proposta que tem por finalidade a articulação entre conteúdos que apresentam estruturas diferentes, que, embora devam ser reconhecidas, não devem ser observadas com rigor absoluto. No âmbito da EPT, esses conteúdos a serem relacionados são denominados de gerais e profissionais.

Outra característica do currículo integrado num curso EAD é que o professor e alunos precisam dominar as tecnologias como um instrumento fundamental para a elaboração de programas educacionais de democratização do conhecimento e de relevância social. Porquanto, se trata de propiciar o acesso ao conhecimento em qualquer horário e local sem prejuízo da aprendizagem. Nesse sentido, para o curso de formação Pe-

dagógica EAD as TDIC têm um papel fundamental na formação integrada e contribuem com o processo de constituição docente, como veremos na próxima categoria.

3. Formação pedagógica EAD: interações proporcionadas pelas tecnologias

A Formação Pedagógica de Professores para a Educação Profissional em EAD, conforme consta no PPC, estabelece a articulação das diferentes práticas, numa perspectiva interdisciplinar, com observações reflexivas, "de forma a oportunizar a atuação em situações contextualizadas, sempre utilizando a tecnologias de informação e comunicação" (Brasil, 2023, p. 24).

As tecnologias de informação e comunicação configurando-se como um importante eixo de articulação, constituidor de interlocuções necessárias ao desenvolvimento do currículo integrado. Com isso, ao utilizar as TDIC nas aulas possibilitam aos estudantes uma vivencia pedagógica com as tecnologias, pois as interlocuções são realizadas em grande maioria em formato on-line.

> A aproximação da formação aos currículos integra a necessidade de discutir e explorar as possibilidades de uso das TDIC nos conteúdos curriculares. (...) É preciso, então, incluir materiais que contemplem de modo mais direto e abrangente a reflexão sobre as especificidades. Trabalhamos com a compreensão de que currículo é processo, envolvendo uma multiplicidade de relações, abertas ou tácitas, em diversos âmbitos, que vão da prescrição à ação, das decisões administrativas às práticas pedagógicas (Ramos et al. 2013, p. 11).

Os novos paradigmas da educação trazem de maneira muito clara a relevância de se ampliar os ambientes de aprendizagem expondo educandos e educadores às novas formas de aprender e ensinar, ampliando as possibilidades de autoria.

Com vistas no cumprimento da sua missão o IFFar no curso da Formação Pedagógica "compromete-se com a escola pública de qualidade e com democratização do uso crítico das tecnologias" e promove a "utilização de tecnologias educativas de informação e comunicação no âmbito do ensino, pesquisa e extensão, em todos os níveis, formas e modalidades ofertadas [...]" (Iffar, 2023, p.10). Nesse sentido, o uso crítico das tecnologias não se trata de usar as tecnologias pelas tecnologias, o que requer um novo olhar a práxis docente constituindo-se em metodologias diferenciadas e expectativas de um ensino crítico e criativo.

No curso de Formação Pedagógica do IFFAR os professores acompanham o desenvolvimento das atividades, disponibilizando as orientações necessárias e oferecendo apoio aos estudantes com a utilização do recurso Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem (AVEA) em consonância com a organização e planejamento do professor da disciplina.

> O curso é desenvolvido em um Ambiente Virtual de Ensino-Aprendizagem que permite a associação de uma variada gama de ferramentas (recursos educacionais e atividades de estudo), baseada na construção social do conhecimento, mediado pelas interações em rede (Iffar, 2023, p. 26).

O AVEA adotado para o desenvolvimento da Formação Pedagógica é o MOODLE - Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment, ou seja, Ambiente de Aprendizado Modular Orientado ao Objeto, é um software livre de acesso gratuito e muito utilizado, principalmente, por instituições públicas que oferecem EAD. A ferramenta disponibiliza diversas funcionalidades como: Fórum de discussão, Blog, Bate-papo, Biblioteca, Agenda. Essas ferramentas podem proporcionar a interação e interatividade entre todos os envolvidos no curso.

Nesse sentido, as tecnologias digitais podem transformar as metodologias de ensino e aprendizagem, proporcionando benefícios como um espaço mais comunicacional (Silva, 2001) e incentiva o protagonismo dos alunos, o que reflete um aumento do engajamento dos alunos, com abordagens de temas e informações em diferentes formatos, ainda, podem mergulhar em um universo de novos conhecimentos e mantem uma proximidade muito maior com os educadores.

A Educação a Distância é uma modalidade educacional mediada pelas TDIC, as quais possibilitam ao aluno estudar em ambiente físico distinto daquele em que se encontra o professor. Utilizada bem antes do advento da Internet, tem-se potencializado após seu surgimento e, rapidamente, vem-se consolidando como instrumento de oportunidades para jovens, adultos e até para quem há muito abandonou as salas de aula.

Os saberes docentes básicos necessários ao professor formador do curso de Formação Pedagógica EAD extrapolam os saberes dos conteúdos. Segundo (Shulman, 1986) não é apenas uma integração dos conhecimentos, devem-se considerar as concepções que os estudantes trazem da disciplina e as formas de representação e formulação que podem deixar mais compreensíveis os processos de ensino e aprendizagem.

O conhecimento dos conteúdos é necessário, mas não é suficiente para o professor. Diante das interações que potencializam o diálogo para a recriação da prática curricular ocorre a produção do conhecimento profissional docente, um exemplo disso é o desenvolvimento do Conhecimento Didático do Conteúdo (Cambraia; Pansera de Araújo; Biondo, 2022) e, o conhecimento Pedagógico, Tecnológico do Conteúdo (Mishra, Koehler, 2006). Esses conhecimentos e saberes docentes constituem uma formação integrada.

O Conhecimento Tecnológico Pedagógico do Conteúdo segundo (Mishra; Koehler, 2006) o TPACK é desenvolvido de acordo com o campo do conhecimento do professor e provoca uma inversão na proposta da incorporação das tecnologias na educação. A tecnologia de fora para dentro na escola possibilita que os professores produzam o conhecimento necessário de acordo com o contexto pedagógico da turma. Esse é um conhecimento necessário em todas as modalidades e, principalmente, na EAD, pois possibilitam uma aprendizagem rizomática, rompendo com o ensino tradicional pautado na centralidade do professor.

Segundo Vieira (2011, p.67), “o conceito de espaço e tempo é modificado e em função desta especificidade, as TDIC configuram-se como elementos norteadores da aprendizagem, potencializando a integração entre os sujeitos envolvidos e o conhecimento desejado”. Com as TDIC rompe-se com o espaço e tempo iguais para todos e funda-se um ensino democrático que possibilita que um aluno possa estudar no momento em que for possível e não exige um deslocamento para um lugar em específico, desde que possuam uma infraestrutura mínima de acesso a internet.

No atual período permeado pela intervenção tecnológica, a Internet e as ferramentas da TDIC possibilitam estabelecer novos conceitos de interação social. A aprendi-

zagem pode tornar-se colaborativa quando realizada com a Internet. Dentre suas características, destaca-se a velocidade na troca de informações, o feedback entre alunos e professores e o grau de interação e interatividade alcançado.

Assim, a criação de ambientes de aprendizagem interativos através da utilização das TDIC impulsiona novas formas de ensinar, de aprender e interagir com o conhecimento, com o contexto local e global, propiciando a capacidade de dialogar, representar o pensamento, buscar, selecionar e recuperar informações, construir conhecimento em colaboração, por meio de redes não lineares (Almeida e Valente, 2011).

Neste sentido, na formação pedagógica compreende a constituição docente para além do conhecimento do conteúdo da disciplina é compreender que o currículo integrado na formação de professores pressupõe um docente em permanente construção, articulando diferentes saberes para constituição do profissional.

4. Considerações Finais

O currículo integrado em uma instituição de EPT deverá viabilizar a integração entre à formação geral, técnica e política, de forma que organiza o conhecimento e desenvolve o processo de ensino-aprendizagem e, que os conceitos sejam apreendidos como sistema de relações de uma totalidade concreta que se pretende explicar/compreender.

O processo de formação e reflexão sobre a concepção de currículo integrado deve ser contínuo, uma vez que é proposto nos documentos formais da instituição criando espaços de diálogos na construção de uma prática de fato coletiva.

Com isto, a integração ensino-trabalho-comunidade, implica numa imediata contribuição, desde a integração professor-aluno na investigação e na busca de esclarecimentos e propostas, adaptando-se a cada realidade local e aos padrões culturais, com propósitos da formação integrada do sujeito em múltiplas dimensões, portanto, omnilateral.

A educação tecnológica com a integração da tecnologia no âmbito educacional permitiu a criação de novos métodos e modalidades de ensino, de forma, a atender os mais diversos estilos de discentes, auxiliando na interação do professor com o aluno, e possibilitando um aprendizado alternativo.

Portanto, um processo de formação pedagógica de professores para a EPT precisa integrar as políticas atuais para a formação continuada do docente, embasando (orientações, diretrizes e condições legais e administrativas) que permita aos sistemas de ensino e às instituições uma formação docente que viabilize um trabalho pedagógico planejado de forma a viabilizar ações no processo educativo.

O Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem (AVEA) permanece como um repositório de informações que potencializam o diálogo e aprendizagens na Educação Básica e na formação de professores, pois possibilita uma troca não somente de mensagens/informações, mas de interações entre culturas criando sentidos e significados ao conhecimento produzido.

Por fim, o projeto futuro é complementado com as informações levantadas por meio da realização de entrevistas com os professores formadores para entender as concepções dos mesmos sobre o currículo integrado, na tentativa de analisar as aproximações e distanciamentos das categorias incialmente produzidas.

Referências

ALMEIDA FILHO, C. C. P. O Avanço da Educação a Distância no Brasil e a Quebra de Preconceitos: Uma Questão de Adaptação. Revista Multitexto, 2015.

ALMEIDA, M. E. & VALENTE, J. A. Tecnologias e currículo: trajetórias convergentes ou divergentes? São Paulo: Paulus, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 – Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Brasília, DF, 2008.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo da Educação Superior 2020: notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2022. Disponível em: http://www.publicacoes.inep.gov.br; https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados. Acesso em 18/05/2022.

BRASIL. Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 19 dez. 2005. Disponível em http://www.planalto.gov.br. Acesso em: 10/05/2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº. 02/2015. Brasília: MEC, 2015. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php? option=com_docman&view=download&alias=17719-res-cne-cp-002-03072015&category_slug=julho-2015-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 13 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019. Brasília: MEC, 2019. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file. Acesso em 13 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 1, de 05 de janeiro de 2021. Brasília: MEC, 2021. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-1-de-5-de-janeiro-de-2021-297767578. Acesso em: 13 jun. 2022.

_____. Resolução Consup, nº 009, de 26 de abril de 2019. Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, 2019-2026. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha. Disponível em https://sig.iffarroupilha.edu.br/sigrh/public/ colegiados/filtro_busca.jsf. Acesso em: 10/05/2022.

CAMBRAIA, A. C., ZANON, L. B. Formação docente: recriação da prática curricular no ensino superior. 1. Ed. – Curitiba: Appris, 2019.

CAMBRAIA, A. C., ARAÚJO, M. C. P. de, & BIONDO, U. L. R. Conhecimento Didático do Conteúdo na Formação de Professores de Computação. Artigo publicado na Revista Brasileira de Informática na Educação, 30, 449-470. DOI: 10.5753/rbie.2022.2525

CIAVATTA, M. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e identidade. In: FRIGOTTO, Gaudêncio;

CIAVATTA, M, RAMOS, M. (Orgs). Ensino médio integrado: concepções e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

CRUZ, J. R. A institucionalização da EaD no contexto da Educação Profissional e Tecnológica: o caso do IF Goiano. Orientada por: Daniela da Costa Britto Pereira Lima. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação, Goiânia, 2022.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. Atlas, São Paulo, 2002.

ILGENFRITZ, L. A.; CAMBRAIA, A. C.; NONENMACHER, S. E. B. Caminhos para a formação integrada por meio de princípios agregados à curricularização da extensão. Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 22, n. 74, p. 1095-1120, jul./set. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2019.** 2019. Disponível em: http://download.inep.gov.br/informacoes_estatisticas/sinopses_estatisticas/sinopses_educacao_basica/sinopse_estatistica_educacao_basica_2019.zip.

LOPES, A. R. C. Políticas de integração curricular. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 2008.

LOPES, A. C, MACEDO, E. Teorias de Currículo. São Paulo: Cortez, 2011.

MACHADO, L. R. de S. Ensino Médio e técnico com currículos integrados: propostas de ação didática para uma relação não fantasiosa. *In:* MOLL, Jaqueline *et al.* (org.). Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades. 1. Ed. Porto Alegre, RS: Artmed Editora, 2009.

MISHRA, P., & KOEHLER, M. J. Technological pedagogical content knowledge: A framework for teacher knowledge. Teachers College Record, 2006, 108, p. 1017-1054

RAMOS, M. N. O currículo para o Ensino Médio em suas diferentes modalidades: concepções, propostas e problemas. Educação & Sociedade, Campinas, v. 32, n. 116, p. 771-778, jul./set. 2011.

SEVERINO, A. J. Metodologia do Trabalho Científico. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, M. Sala de aula interativa: a educação presencial e a distância em sintonia com a era digital e com a cidadania. *Boletim Técnico Do Senac*, *27*(2), 42-49. Ed. v. 27 n. 2: Maio/Agosto 2001. Artigo. Disponível em https://www.bts.senac.br/bts/issue/view/66

SILVEIRA, S. A. Exclusão Digital: a miséria na era da informação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

SHULMAN, L. S. Those who understand: knowledge growth in teaching. 1986.

SPIES, K. L.; CAMBRAIA, A. C. TPACK no uso das redes sociais numa escola pública. Revista Científica Trajetória Multicursos. v. 9, n.1, jun.jul.ago de 2018.